

AS CIDADES MEDIEVAIS PORTUGUESAS – POPULAÇÃO

Maria Helena da Cruz Coelho

Prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura

A Cristandade ocidental, nos finais do século XI, vivia um período de crescimento populacional. Em grande parte graças a esse facto, impulsionou-se a produção com o desbravamento de novos espaços e uma melhor tecnologia para a exploração da terra, dinamizou-se o comércio interno e externo e a circulação monetária, surgiram rotas de peregrinação e comércio, fomentaram-se os núcleos urbanos e os homens lançaram-se mesmo para fora dos limites dos seus reinos ou senhorios na busca de fama e riqueza.

Neste contexto, e em grande parte devido a ele, nasceu e afirmou-se o condado e reino de Portugal. O borgonhês D. Raimundo a par do seu parente, D. Henrique, buscaram na Península Ibérica a honra e o proveito que a multiplicação de descendentes nas suas linhagens já não lhes podia oferecer. O espírito e movimento de Cruzada, que galvanizou os excedentes guerreiros do continente europeu para a luta contra os Turcos nos Lugares Santos do Oriente, estendeu-se também ao Ocidente peninsular, ocupado em grande parte pelos muçulmanos. O apoio de cruzados e os privilégios pontifícios outorgados a todos os que se envolviam nessa guerra, assumida como santa, viabilizaram a conquista de território e a construção política do reino de Portugal. Por sua vez os homens livres e de trabalho de muitos lugares movimentaram-se para outros pouco aproveitados e ocupados ou mesmo para espaços incultos e despovoados, o que facilitou a colonização e aproveitamento das terras, que iam sendo conquistadas. Cresceram então as comunidades rurais, mas impulsionou-se sobretudo uma rede urbana, até com a incorporação das cidades muçulmanas. Esses centros mercantis e de artesanato, muitos deles protegidos por fortes castelos e muralhas que os resguardavam dos inimigos, viram-se fomentados e privilegiados com direitos e deveres próprios, consignados nas cartas de foral que os reis ou os senhores lhes concediam.

Este quadro global de crescimento manter-se-á até ao dealbar de Trezentos, embora apresente flutuações. E se esta é uma visão meramente impressionista, os estudos mais específicos de demografia já o demonstraram cabalmente. Fixemo-nos, como agora nos interessa, no caso português. E começemos por esboçar uma breve sinopse dos estudos realizados para depois apurarmos os seus resultados, primeiro para o ciclo dos séculos XI a XIII e depois para o dos século XIV e XV.

1. Fontes e estudos

Os estudos históricos sobre a economia e a sociedade portuguesas impulsionados pela Academia das Ciências de Lisboa, conduziram alguns dos seus sócios a debruçarem-se cientificamente sobre a análise da população do reino, sendo de destacar o nome de José Joaquim Soares de Barros no século XVIII e, no seguinte, Luís Augusto Rebelo da Silva. Os interesses prolongaram-se na centúria de Novecentos e António Costa Lobo, ao estudar a história da sociedade no século XV, destacou a problemática populacional, como o fizeram também Henrique da Gama Barros, por dentro da sua história da administração, Alberto Sampaio, ao analisar as póvoas e vilas do norte de Portugal, ou ainda António Botelho da Costa Veiga, ao abordar muitos aspectos da história militar, entre muitos outros.

Nos anos 50 e 60 do século XX, quando a ciência da demografia histórica se afirmava com novas concepções e metodologias, um enriquecimento muito significativo dos estudos demográficos para a época medieval deve-se a Avelino de Jesus da Costa e a António Henrique de Oliveira Marques¹. Posteriormente, sobretudo a partir da década de 80, serão de destacar autores como Robert Durand e José Mattoso, que incorporaram as variantes da estrutura, comportamento e distribuição populacional e a problemática do povoamento nos seus trabalhos mais analíticos ou de síntese. Mas, a par destes, muitos outros especialistas de história rural ou urbana introduziram nos seus estudos algumas páginas sobre a componente populacional em relação com a propriedade, as culturas e a produção nos campos ou com o seu impacto na economia, sociedade e urbanismo nas cidades e vilas².

Não deixaremos, porém, de relevar que esses estudiosos lidaram com grande escassez de fontes, apegando-se por isso aos seus diversos tipos. Em arrolamentos de besteiros, róis de tabeliães, inquirições, listas de igrejas e censos, que abrangiam áreas consideráveis do território português, obtiveram mesmo alguns números populacionais e índices de

¹ Leia-se A. H. de Oliveira Marques, “Demografia- Na Idade Média”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. I/A-D, Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, pp. 795-796.

² Remetemos para a síntese de A. de Oliveira Marques, “A população portuguesa nos fins do século XIII”, in *Estudos de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, 1980; e a posterior de Henrique David, “A população portuguesa na Idade Média. Uma revisão bibliográfica”, *Revista População e Sociedade*, 1, 1994, pp. 87-91. Um panorama dos estudos rurais (e também alguns urbanos) oferece o estudo de Maria Helena da Cruz Coelho, “Balanço sobre a história rural produzida em Portugal nas últimas décadas”, in *A Cidade e o campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, CHSC, 2000, pp. 23-40. Sínteses actualizadas dos estudos de história municipal, urbana e rural encontram-se na obra *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. José Mattoso, coord. de Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011 (Maria Helena da Cruz Coelho, “Municipal Power”, pp. 209-230; Amélia Aguiar Andrade, Adelaide Millán da Costa, “Medieval Portuguese Towns: The Difficult Affirmation of a Historiographical Topic”, pp. 283-301, Luís Carlos Amaral, “Half a Century of Rural History of the Middle Ages in Portugal: A Possible Overview”, pp. 303-321).

povoamento. Colheram ainda certos dados demográficos parcelares em documentos de natureza fiscal. Ativeram-se, não poucas vezes, a referências indirectas em documentação de diversa índole para rastrear as marcas do comportamento e movimentos populacionais na cidade e no campo. Daí que com frequência as informações qualitativas prevaleçam sobre os elementos quantitativos até ao numeramento da população do reino, mandado elaborar por D. João III, em 1527. E diga-se, os autores restringiram-se grandemente às fontes escritas, quando o apoio da arqueologia medieval era ainda muito pouco significativo, a qual só nos tempos mais recentes se vem desenvolvendo e prestando um inestimável contributo neste e noutros campos historiográficos.

Pontualizemos, então, as tendências demográficas gerais ao longo dos séculos medievais.

2. A população rural e urbana ao longo dos séculos XI a XIII

É hoje comumente aceite, como dissemos, que a população estava em crescimento e que o seu cômputo geral terá aumentado do século XI para o século XIII³.

As inquirições de 1220 e de 1258, aludindo a freguesias, homens e casais, e igualmente os censos, especificando freguesias e casais, permitiram alguns cálculos parciais, se bem que quaisquer destes documentos se reportem essencialmente a terras nortenhas.

Assim, em 69 freguesias do actual concelho de Guimarães, verificou-se que a média de casais por freguesia era, em 1220 de 18,2 e em 1258 de 27,0, o que dava, na totalidade, um aumento populacional de 48,9%⁴.

Os valores para 1258 parecem comprovados para terras do Douro. O termo do Porto englobava, então, 7 julgados pelos quais se distribuía 173 paróquias e 5 530,25 unidades de exploração agrícola ou de habitação, que, embora com certas reservas, poderemos assimilar a fogos. A média geral da distribuição dessas unidades/fogos por paróquias era de 31,96, elevando-se a 52,00 e a 40,14, em localidades como Melres e Gondomar, mas baixando a 29,50 no julgado de Penafiel e a 27,44 em Aguiar⁵. Tanto ou mais que no espaço

³ Para o aprofundamento da problemática demográfica nos séculos XII e XIII citaremos José Mattoso, *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, vol. II - *Composição*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, pp. 15-28; Maria Helena da Cruz Coelho, "Os Homens ao longo do Tempo e do Espaço", in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 166-184.

⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, "A população e a propriedade na região de Guimarães durante o século XIII", in *Homens, Espaços e Poderes. Séculos XI-XVI*, vol. I, *Notas do Viver Social*, Lisboa, 1990, p. 143.

⁵ Armindo de Sousa, "Tempos Medievais", in *História do Porto*, dir. de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 176-177.

vimaranense fica demonstrado o denso povoamento, ou até mesmo sobrepovoamento, no termo portuense, em meados do século XIII.

Quanto a valores populacionais, atribuindo um coeficiente de 5 pessoas por casal, Avelino de Jesus da Costa admitiu que, na primeira metade do século XIII, entre Lima e Ave e entre Ave e Vizela haveria 108 970 habitantes⁶, julgando até José Mattoso que esse quantitativo poderia elevar-se, para o Entre Douro e Minho (excluída a diocese do Porto), a 120 000 habitantes. Especifica este último autor que teríamos então uma densidade populacional de 40 habitantes por km², valor superior em 25% à média geral obtida para toda a França e quase 4 vezes superior à da Península Ibérica na sua totalidade⁷.

Esta área nortenha marítimo-fluvial seria uma das mais povoadas do reino de Portugal em Duzentos, se não mesmo a mais povoada. Mas tal não quer dizer que nestes espaços não houvesse grandes discrepâncias demográficas locais, devido a uma multiplicidade de factores, como, entre outros, a orografia, a hidrografia, o clima e a rede viária.

Na região de Guimarães, teríamos, em 1220, densidades populacionais da ordem dos 30 habitantes por km², enquanto em 1258 esse valor subia para 45 habitantes por km²⁸. Mas esse espaço, polarizado pela vila de Guimarães, era altamente privilegiado, graças a uma excelente posição geográfica da vila na rede viária de comunicação terrestres e fluviais, à elevada fertilidade de alguns dos seus terrenos, ao consequente desenvolvimento urbano, activado pelo comércio e artesanato, a um conjunto de privilégios e liberdades próprias, reconhecidas por um foral, e, por tudo isso, foi atraindo gentes desde tempos antigos.

Por contraponto, sabemos que já na Terra da Nóbrega, hoje grosso modo correspondente ao concelho de Ponte da Barca, a densidade populacional se reduzia, em 1220, a 10,06 habitantes por km² para, em 1258, crescer para 13,01 habitantes por km²⁹.

Entre a elevada densidade populacional de Guimarães e a baixa da Terra da Nóbrega, contaríamos talvez com uma mediana, a de Paços de Ferreira, que, em 1258, rondaria pelos 30 habitantes por km²¹⁰. E foi ainda ao mais baixo valor de 13 habitantes por km²,

⁶ Avelino de Jesus da Costa, *O bispo D. Pedro e a organização da arquidiocese de Braga*, 2ª edição refundida e ampliada, vol. I, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997, p. 248.

⁷ José Mattoso, *Identificação de um país*, vol. II, p. 17.

⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, "A população e a propriedade na região de Guimarães...", p. 145.

⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, "A terra da Nóbrega no século XIII", in *Homens. Espaços e Poderes*, vol. I, p. 175.

¹⁰ José Mattoso, Luís Krus, Amélia Aguiar Andrade, "Paços de Ferreira na Idade Média: Uma sociedade e uma economia agrárias", sep. *Paços de Ferreira. Estudos Monográficos*, 1986, p. 182. Atente-se, porém, que a nível geral do país, os valores para Duzentos não andariam longe dos que alguns autores apresentam para 1531 e se cifram em 13 a 15 habitantes por km². Esta é a proposta de valores de M. Lourdes Akola Meira do Carmo Neto, "Demografia. Na época moderna e contemporânea", in *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, p. 796. Outros autores, como veremos adiante, avançam com uma densidade mais elevada.

entre o século XI e o século XIII, que chegaram os estudiosos da Terra de Santa Maria, território que, na centúria de Quinhentos, permaneceria quase com o mesmo índice de 14 habitantes por km² ¹¹.

O crescimento demográfico interno nortenho terá em grande parte sustentado o povoamento do território que se foi balizando, primeiro pelo Mondego, depois, em meados do século XII, pelo Tejo e, na primeira metade da centúria seguinte, avançou para o além Tejo e Algarve. E porque os territórios incorporados eram vastos houve mesmo que fazer apelo a outros homens da Península ou de além Pirenéus para que viessem colaborar na acção povoadora do centro e sul do país.

O aumento populacional conduziu, nos meios rurais, sobretudo nas áreas mais férteis, a um intenso movimento arroteador, ganhando-se terrenos de cultivo às florestas ou aos pântanos, a uma grande mobilidade da terra, adquirindo os poderosos senhores as minguadas leiras de terras de famílias de muitos filhos, e a uma expansão de topónimos na identificação de propriedades, entrepostos, lugares ou vilas novas, mecanismos interactivos que confirmavam a presença dos homens¹².

Mas, ainda mais significativamente que o mundo rural, teremos de encarar o urbano. Encontrava-se este em expansão, desde logo fruto da conquista de muitos centros urbanos aos muçulmanos, alguns de grandeza invulgar, como Lisboa e Santarém. Todavia, os monarcas não descuraram também as praças acasteladas, os burgos e as vilas do Norte e das Beiras. Em todos esses centros, sobretudo os de mais nevrálgica posição estratégica para a defesa ou avanço da reconquista e para a demarcação fronteiriça com os reinos vizinhos, os reis procuraram reforçar os seus castelos, muralhas e outras estruturas militares¹³. Concomitantemente, concederam-lhes cartas de foral, que lhes garantiam a segurança de milícias activas de cavaleiros-vilãos e condições de ordem e paz internas, incentivadoras da atracção e fixação de homens às terras, que as iam povoando, cultivando e dinamizando economicamente¹⁴. E, assim, em muitos centros urbanos, os seus moradores, radicados

¹¹ José Mattoso, Luís Krus, Amélia Andrade, *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Estampa, 1989, pp. 75-76.

¹² Para o caso da vasta região do Baixo Mondego, leia-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2ª ed., vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, pp. 11-17.

¹³ Veja-se Mário Barroca, "Arquitectura Militar", in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, coord. de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 106-121.

¹⁴ Uma síntese desta política foraleira encontra-se em Maria Helena da Cruz Coelho, "Concelhos", in *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, vol. III de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 554-584. O movimento da outorga de forais nestas centúrias desenvolve-se na obra de António Matos Reis, *Origens dos Municípios Portugueses*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

inicialmente nas proximidades de um castelo, fortificação, ou instituição religiosa, implantados no geral num ponto elevado, e vivendo dentro de muralhas, foram-se aventurando para áreas extramuros, mais planas ou melhores posicionadas junto de vias de comunicação terrestres ou fluviais, crescendo a ocupação dos arrabaldes. Por vezes o avultado número de homens desprotegidos nesta área extramuros levou os monarcas a acrescentarem os troços das muralhas e a reforçarem-nas com torres e vigias, bem como a abrirem nelas mais portas que facilitavam o movimento de homens e mercadorias.

Apontemos alguns casos, que comprovam essa tendência, descendo de Norte para o Sul¹⁵.

Braga teria um perímetro amuralhado muito reduzido no século XII. Mas o núcleo urbano foi crescendo no século XIII, multiplicando-se os arruamentos, o que levou à ampliação da sua cerca e à construção de um castelo no reinado dionisino.

Em Guimarães, à antiga vila alta junto do castelo e amuralhada, veio juntar-se uma vila baixa, pujante no seu artesanato e comércio. E, deste modo, a inicial área da alcáçova com 2,95 hectares viu-se acrescida com mais 15,34 hectares da almedina.

Por sua vez o Porto, que, nos inícios do século XII, tinha dentro dos seus muros uma ermida-catedral, um cemitério e algumas ruas com casario e quintais, expandiu-se, nos finais do século XIII, para fora da cerca velha, em todas as direcções. A vila baixa da ribeira passará a ser o coração da cidade, opondo-se à parte velha e alta, inactiva, arcaica e quase tão-só simbólica, o que exigiu a construção de uma cerca nova em meados de Trezentos. Então, de um espaço amuralhado de 3,5 hectares, o Porto viu reforçada a sua segurança em 44,5 hectares de área cercada, prova manifesta de um crescimento que, em dois séculos, mais que decuplicara.

A Guarda, com 10 hectares de área cercada, assistiu ao crescimento da sua muralha ao longo do século XIII e ao surgimento de igrejas no arrabalde, testemunhos da sua expansão demográfica e económica.

A muralha de Coimbra, no século XII, tinha cinco portas e englobava o castelo, a alcáçova, o casario e áreas de cultivo, para além da catedral e quatro igrejas. Mas as gentes foram descendo as encostas e a baixa dinamizou-se com tendas e mesteres, a par de igrejas (mais quatro paróquias) e mosteiros (sobretudo de franciscanos e dominicanos), sendo animada e percorrida por estrangeiros, viajantes, peregrinos e judeus. A cidade poder-se-ia ter visto

¹⁵ Seguimos aqui os dados apresentados por Maria Helena da Cruz Coelho, "Os Homens ao longo do Tempo e do Espaço", in *Portugal em Definição de Fronteiras*, pp. 174-176; Saul António Gomes, "Mundo Rural e Mundo Urbano", in *Portugal em Definição de Fronteiras*, pp. 391-399; e A. H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa, 1990, e para aí remetemos as respectivas abonações.

aumentada entre 20 a 30 hectares de arrabaldes, que se acrescentariam aos 22 hectares da antiga área cercada, tendo a muralha sido reforçada militarmente com algumas torres¹⁶.

Óbidos apresentava uma única paróquia dentro de muralhas em meados do século XII, mas outras três se lhe juntaram, bem como D. Dinis teve necessidade de reforçar as fortificações da vila.

Tomar, com um pequeno intramuros inicial de 0,6 hectares, em que se erguia o castelo e a alcáçova, veio a crescer para 1,6 hectares.

Santarém, cuja evolução do século XII para o seguinte é difícil de detectar, era, no entanto, em Duzentos, um centro urbano com um perímetro cercado de 33 hectares. Na muralha abriam-se 5 ou 7 portas, além de postigos, e no intramuros existiam 8 freguesias. Na parte baixa, junto ao rio, formaram-se dois arrabaldes: o da Ribeira, com 10 hectares e 4 freguesias, e o de Alfange, com 3 paróquias, mas apenas com 2 hectares.

Lisboa, com a sua alcáçova e almedina, contava, no século XII, com 7 freguesias intramuros. Nos finais deste século e no seguinte este número subia para 8, mas no extramuros elas eram 15, aí se situando também os bairros de judeus, mouros ou de cristãos, dedicados às diversas artes e ofícios. E para reforçar a segurança dos lisboetas, D. Dinis, de acordo com o concelho, decidiu construir, em 1294, uma muralha ao longo das margens do Tejo. O espaço cercado da cidade que, em 1147, era de 15,68 hectares, ascendeu, em tempos dionisinos, a 60 hectares, tendo portanto quadruplicado.

Évora possuía, em 1187, na sua alcáçova fortificada, dois alcáceres, um velho, que inicialmente fora régio, e um novo dos freires. A cidade foi-se, porém, alargando para fora da cerca e, no século XIII, havia nela vários núcleos de povoamento, animados por praças e ruas de comércio.

3. A população e as cidades nos séculos XIV e XV

Conhecido este panorama de crescimento e expansão dos séculos XII e XIII e as suas implicações na ocupação global do território do reino e, em particular, no mundo urbano, transportemo-nos para as centúrias de Trezentos e Quatrocentos, em que a tendência demográfica e socioeconómica se inverte¹⁷.

¹⁶ A mais recente e completa obra sobre a evolução urbanística de Coimbra é da autoria de Jorge de Alarcão, *A montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

¹⁷ O enquadramento demográfico para as centúrias de Trezentos e Quatrocentos surge nas obras de síntese de A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*, vol. IV de *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 15-46; e de Armindo de Sousa, "1325-1480", in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, vol. II, *A Monarquia Feudal*, coord. de José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 327-360.

A crise que se instala, como já é bem sabido, deveu-se a factores internos e exógenos. E, como também vem sendo salientado, as dificuldades já se faziam sentir em finais de Duzentos. Na verdade, o povoamento não foi acompanhado por uma produção agrícola que respondesse às exigências do consumo, apesar da extensão dos terrenos de cultivo e da melhoria das técnicas agrárias. Afrouxou, então, o ritmo de crescimento e assistiu-se à diminuição dos arroteamentos, à paragem das transacções imobiliárias, e a queixas de penúria de víveres e de tempos difíceis, que alguns maus anos agrícolas agudizaram. O preço do cereal subiu e houve carências alimentares em certos anos iniciais de Trezentos, climaticamente pouco favoráveis. Mas foi a Peste Negra, sentida em Portugal em 1348, que causou a completa ruptura¹⁸.

Se antes dela poderíamos ter chegado ao 1.500.000 habitantes, e a uma densidade populacional de 17 habitantes por km², similar à dos reinos hispânicos¹⁹, em escassos meses teríamos descido ao milhão de homens. Perdera-se, em média, cerca de um terço dos efectivos humanos do reino, como é comumente aceite, ainda que se saiba que muitas variações terão existido local e regionalmente. Desde logo os malefícios da pestilência sentiram-se mais acentuadamente nos meios urbanos que nos rurais e nas instituições com vida em comunidade que nos fogos isolados de particulares.

E a crise instalada perduraria, porque se combinou a trilogia “ao negro” da peste, da fome e da guerra. Estão, hoje, bem identificadas as vagas de pestes que atravessaram os séculos XIV e XV, de incidência mais nacional ou mesmo europeia ou mais regional e local²⁰, as sequências das crises frumentárias, devido a maus anos climáticos, secos ou chuvosos, que acarretaram a fome real ou o medo dessa fome²¹, e ainda as vivências de períodos de guerras, internas e externas, sobretudo em finais do século XIV e no subsequente²².

¹⁸ Sobre este contexto geral de crise leia-se, entre outros, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego*, vol. I, pp. 17-26.

¹⁹ Assim o afirma Armindo de Sousa, “1325-1480”, in *ob. cit.*, p. 334, apontando para densidades populacionais de 18ha/km² em Castela, 14ha/km² na Catalunha; 13ha/km² em Valência; 7ha/km² em Navarra e 5ha/km² em Aragão. Seguindo García de Cortázar, admite que a população dos seis reinos da Península Ibérica, incluindo Portugal, seria, nos finais do século XIII, de uns 7 milhões de habitantes, encontrando-se num nível próximo do sobrepovoamento.

²⁰ Refiram-se os anos de pestes em Portugal de 1348, 1356, 1361-63, 1374, 1383-1385, 1389, 1400, 1414-1416, 1423, 1429, 1432, 1437-1440, 1448-1453, 1456-1458, 1464, 1472, 1477-1482, 1483-1487, 1488-1489 (Dados conjugados de A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 21; Armindo de Sousa “1325-1480”, in *ob. cit.*, p. 342).

²¹ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 30 refere as crises alimentares de 1331 e 1333 anteriores à Peste Negra e, depois dela, as de 1355-1356, 1364-1366, 1371-1372, 1374-1376, 1384-1387, 1391-1392, 1394, 1397-1400, 1403, 1412-1414, 1418, 1422-1427, 1436-1441, 1445-1446, 1452-1455, 1459-1461, 1467-1468, 1472-1473, 1475-1478, 1484-1488, 1490-1491, 1494-1496.

²² Foram elas as de 1355, 1369-1370, 1372-1373, 1381-1382, 1383-1385, 1438-1441, 1449, 1475-1477 (A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 32; Armindo de Sousa “1325-1480”, in *ob. cit.*, p. 343). Este último autor acrescenta ainda as escaramuças de fronteira de 1385 e 1396 e as expedições marroquinas de 1415, 1437 e 1458. Também alguns terramotos registados antes e depois da Peste Negra, em 1331, 1337, 1344, 1347, 1356, 1366, 1395 e 1404, poderiam ter produzido baixas populacionais, sobretudo em Lisboa (A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 32).

Por isso a crise prolongou-se por longos duzentos anos, sendo hoje aceite que os valores populacionais anteriores à pandemia de 1348 só foram repostos no primeiro quartel do século XVI.

Mas, como mais recentemente vem sendo acentuado, essa crise não teve um sinal decrescente em contínuo, mas foi percorrida por flutuações curtas de recuperação ou quebra demográficas²³. Em 1450 estaríamos na década de mais profunda depressão, em que Portugal contaria apenas com 900.000 pessoas e 10ha/km²²⁴. Mas a partir de cerca de 1460-70 arrancaria uma recuperação, que, embora com acelerações e abrandamentos, seguiria em contínuo e teria vindo a repor, nos inícios do século XVI, os efectivos populacionais de dois séculos atrás.

Recorrendo-se aos vários róis parciais de besteiros de 1385, 1422 e de 1439-45, e tomando-os como indicadores de decréscimo demográfico, poderemos apercebermo-nos que de 1385 para 1422 teríamos no Alentejo uma diminuição populacional de 28,4%²⁵ e no Algarve de 15,5%²⁶. A curva descendente continuou a progredir entre 1422 e 1439-45 vendo Braga descer os seus moradores em 30% e o Porto em 37,5%. Já em várias localidades da Estremadura os valores da queda seriam de 60% para Abrantes, 30% para Aveiro, 20% para Torres Vedras e 16,7% para Linhares²⁷. E ainda sem sinais positivos se viveria em Braga entre 1439 e 1458-68, prolongando-se a descida das gentes em 28,6%, quase o mesmo acontecendo em Torres Vedras com um decréscimo de 25%.

Se estes valores não são inteiramente fiáveis, na transposição exacta do abaixamento do número de besteiros – que pode até estar relacionado com a evolução da importância estratégica das localidades - para iguais índices de baixa demográfica, eles demonstram-nos, porém, na generalidade, uma permanente queda de população ao longo das décadas de 20 a 60 do século XV, para além de nos indicarem que teriam existido significativas variações locais e regionais.

²³ Para a região litorânea, entre Coimbra e a Foz do Mondego, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego...*, vol. I, pp. 69-81.

²⁴ Armindo de Sousa “1325-1480”, in *ob. cit.*, pp. 334-335 esboça essa curva demográfica.

²⁵ Comparação a partir dos dados fornecidos por A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 25, para 17 vilas ou cidades.

²⁶ Aqui a comparação restringe-se a cinco localidades (A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 25).

²⁷ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 24.

Esta contracção demográfica produziu, evidentemente, múltiplos efeitos negativos, atestados pelas fontes – no campo, faltando mão-de-obra para trabalhar a terra, cresceram os incultos, os mortórios de cereal e de vinha, os fogos mortos e os casais e terras ermas; nas cidades despovoaram-se as cercas, as casas arruinaram-se e transformaram-se em pardieiros; na totalidade do reino faltaram os homens para a guerra, diminuindo, por isso, o número de besteiros.

A necessidade e a procura de melhores condições de vida conduziu a uma intensa mobilidade populacional, crescendo, em particular, as correntes migratórias do campo para a cidade e, muito em especial, para a grande urbe lisboeta. Graças a essa afluência de gente alguns centros urbanos podiam estar a aumentar os seus índices populacionais. Todavia, a maioria desses migrantes, não tendo dinheiro ou qualquer especialização artesanal, acabariam por se dedicar, de novo, ao trabalho agrícola, mas agora nas terras do aro urbano, oferecer-se-iam como assalariados para os trabalhos braçais mais pesados dos mesteres e das actividades urbanas, ou, não sendo absorvidos pelo mercado do trabalho, cairiam na vadiagem e marginalidade, engrossando os bandos de ladrões e desordeiros, causadores de instabilidade, que muito aumentaram nestes tempos, bem como o número de pobres, velhos e doentes²⁸.

Numa distribuição geográfica da população relacionada com o índice de urbanização, sabemos que o norte atlântico se caracterizava por um povoamento disperso com uma vida urbana pouco significativa, enquanto o norte transmontano tinha um povoamento aglomerado e uma ainda mais rudimentar vida urbana. Já a Beira Interior conhecia um índice de urbanização com alguma visibilidade, avultando certos centros como Trancoso, Guarda e Covilhã. O sul do reino era urbano, apresentando um povoamento concentrado, mas com grandes espaços de descontinuidade de ocupação humana e de aproveitamento agrícola²⁹.

E como já foi notado, antes dos tempos de recuperação, portanto até ao terceiro quartel do século XV, as cidades mais destacadas eram essencialmente fluviais ou mesmo do interior, tendo pouco relevo as marítimas, salvo na linha de costa desde Caminha a Aveiro e no litoral algrávio. Avultavam, então, como grandes centros banhados por rios Lisboa, Coimbra, Porto e Silves, podendo ainda assimilar-se-lhes Santarém. Mais adentradas em terra distinguiam-se Braga, Lamego, Guarda, Viseu e Évora³⁰.

²⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 32.

²⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, pp. 18-19; Armindo de Sousa “1325-1480”, in *ob. cit.*, pp. 344-351 apresenta mapas da distribuição populacional, elaborados a partir do rol dos tabeliães de 1287-1290, do rol das igrejas de 1320-1321 e do rol de besteiros de 1422.

³⁰ Armindo de Sousa “1325-1480”, in *ob. cit.*, p. 349.

Certo é que a crise pesou em particular sobre muitas terras do interior raiano, sobremaneira castigadas pelas guerras e escaramuças fronteiriças. Pinhel, nas Cortes de Lisboa de 1439, afirmava que, devido a pestes e guerras, descera de 1500 ou 2000 habitantes para uns 700 (decréscimo de metade ou dois terços das gentes) e Marialva expunha, em 1468, que perdera três quartos dos seus moradores, contando apenas com 150 almas³¹.

Ainda que os números exijam cautelas, não se esgrimiria em Cortes o argumento do despovoamento se ele não fosse uma realidade. E nestas Cortes ouviu-se um coro de queixas sobre o despovoamento e as carências alimentares devido a guerras, pestes e maus anos climáticos de norte a sul do país. Na verdade, o *topos* do despovoamento, mais realista ou mais enfatizado, foi argumento estrategicamente apresentado ao longo das reuniões parlamentares de Quatrocentos, com vista a alcançar os mais diversos objectivos. Esgrimia-se com a falta de gente para reclamar a diminuição de besteiros a fornecer ao exército real ou de rendas fiscais a versar à coroa. Alegando a minguada de braços e de recursos, pedia-se dinheiro para obras, das militares às civis, ou ajudas monetárias para custear os procuradores às Cortes ou para outros encargos concelhios extraordinários. Invocando o argumento da atracção de povoadores, requeriam-se privilégios e isenções para homens e mulheres ou para alguns específicos profissionais, que nas cidades ou vilas se quisessem vir a radicar.

Assim, e ainda durante a reunião de 1439, Braga dizia-se despovoada pela peste e pelos maus usos, pedindo uma diminuição do número de besteiros³² e o mesmo reclamava Aveiro por falta de mesteres³³. Alcácer do Sal declarava haver possuído 700 vizinhos, encontrando-se no momento apenas com 400, o que representaria um decréscimo de cerca de 43%³⁴. Penamacor denunciava um cenário bem mais negro, afirmando que antes das guerras moravam na vila 1100 ou 1200 homens, quando ao tempo só nela viviam 115 vizinhos, o que significaria uma quebra demográfica superior a 1000%³⁵. Óbidos queria

³¹ Leia-se Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas, *Um cruzamento de fronteiras. O discurso dos concelhos da Guarda em Cortes*, Porto, Campo das Letras, 2006, p. 51.

³² ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 13-14v. E Guimarães, nas Cortes de Lisboa de 1459, aludia também à sua redução do número de besteiros devido ao despovoamento (veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “O discurso de Guimarães em Cortes”, in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, *História Local*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1997, p. 39).

³³ ANTT – Leitura Nova, Estremadura, liv. 8, fls. 176v-177. Nas Cortes de Évora de 1442 era Montemor-o-Novo que, dizendo-se minguada de gente, pedia uma redução de 30 besteiros para 20, o que o monarca aceitou, declarando que o fazia porque se havia certificado da falta de gente na terra (ANTT- Leitura Nova, Odiana, liv. 6, fls. 128-129). Diminuição que, a cremos nos números e aplicando-os a cálculos populacionais, se cifraria num terço dos homens.

³⁴ ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fl. 3. Requeria, então, que fossem apenas três os procuradores do número, ao que o monarca, em parte, assentiu.

³⁵ ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fl. 17-17v. Pretendia, assim, ter um número menor de tabeliães.

atrair gente oferecendo-lhe isenção de encargos³⁶. Valença, desejando que alguns galegos afluíssem à vila, reclamava o mesmo, o que lhe foi concedido³⁷. Beja queixava-se da falta de recursos financeiros, dadas as grandes esterilidades dos temporais³⁸, e Silves dizia-se sem gente e sem pão³⁹. Por isso Bragança, depois de expor que dentro das portas da vila tinham outrora habitado 150 ou 200 vizinhos, quando naquele tempo contava apenas com 25, não hesitou em pedir um couto de 50 homiziados com os mesmos privilégios dos de Miranda, o que lhe foi outorgado⁴⁰.

Na verdade, se a política régia de estabelecimento de coutos de homiziados arrancou com expressão desde D. Fernando, ela intensificou-se significativamente em tempos de D. João I e D. Afonso V, que visaram dessa maneira reforçar o povoamento das vilas raianas, sobretudo da fronteira oriental⁴¹.

Justamente a Guarda declarava, nas Cortes de 1460, que, sendo fria e de maus acessos, só não estava perdida por ser sede de bispado, cabeça de almoxarifado e couto de homiziados⁴².

Se assim era nas terras do interior, também ainda, nas sucessivas Cortes de Lisboa de 1455, de 1459 e de Santarém de 1468, as vilas algarvias de Silves⁴³ e Tavira⁴⁴ estavam a queixar-se de falta de cereal e êxodo da população. Mas, se pudéssemos tomar o caso de Silves como paradigmático, então o Algarve poderia estar a restabelecer-se no último quartel do século XV.

³⁶ ANTT – Leitura Nova, Estremadura, liv. 10, fls. 37v-38v. Também Santarém, nas Cortes de Lisboa de 1459, afirmava que a vila se encontrava despovoada, mas assinalava que havia gente que para ela queria vir morar, demonstrando bem a atractividade dos centros urbanos, conseguindo isenção dos encargos concelhios para esses novos moradores durante 10 anos (ANTT- Leitura Nova, Estremadura, liv. 7, fls. 251-253).

³⁷ ANTT - Chanc. Afonso V, liv. 2, fls.16-17.

³⁸ ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fl. 3v. Roga, desse modo, ajuda para financiar o procurador às Cortes.

³⁹ ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fl. 5v.

⁴⁰ ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 2, fls. 25v-30.

⁴¹ Humberto Baquero Moreno, "Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela coroa", in *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 93-128.

⁴² Leia-se Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas, *ob. cit.*, p. 51.

⁴³ Silves roga, nas Cortes de Lisboa de 1459, a isenção da dízima por três anos, dada a falta de pão, o que lhe é concedido (ANTT-Suplemento de Cortes, m. 4, n. 51). E note-se que Silves já vinha assinalando a sua falta de gente desde as Cortes de Leiria de 1372, em que expressou, em capítulos especiais, ser a cidade mais despovoada do reino do Algarve, devido à peste grande, a terremotos e a guerras e armação de galés, tendo obtido do rei tudo o que requeria para fomentar o povoamento (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando (1367-1383)*, org. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp. 137-138).

⁴⁴ O mesmo que Silves, afirma, pede e obtém Tavira nessa reunião parlamentar de 1459 (ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 38, fls. 171-172) e ainda nas Cortes de Santarém de 1468 as carências alimentares se mantinham (ANTT – Leitura Nova, Odiana, liv. 3, fl. 28v). Porém, já antes, nas Cortes de Lisboa de 1455, dissera ter havido uma peste em Janeiro de 1453, prolongada por dois anos, que levava as pessoas a saírem da vila, com medo da morte, abandonando casas e herdades (ANTT – Chanc. Afonso V, liv. 15, fl. 143v).

Na verdade, numa exaltada e bem construída oratória, Silves ergueu a voz nas Cortes de Coimbra-Évora de 1472-1473 para declarar que a maldição que sobre ela pesava, de não ver a sua Sé terminada, a ponte acabada, as casas reparadas, as viúvas casadas de novo e os homens contemplando netos, estava acabada. Tudo se cumprira, num testemunho da perfeita simbiose entre o crescimento populacional e o desenvolvimento urbanístico, pois se os casamentos haviam aumentado e as gerações se sucederam também a cidade se tinha desenvolvido nas construções correntes e na arquitectura pública civil e eclesiástica. Silves queria, porém, ainda mais. Requeria, por isso, facilidades para se embelezar e demarcar simbolicamente com uma arquitectura de prestígio, traduzida numa praça. E sendo necessário, para levar a efeito tal obra, derrubar, entre outros imóveis, a casa das sisas, a cidade prontificava-se mesmo a construir uma nova às suas custas⁴⁵. O crescimento dos homens e da riqueza exigia a nobilitação da cidade, na orgulhosa manifestação da nobilitação das suas gentes. Todavia Silves viria, nos tempos subsequentes, a conhecer a decadência, fruto do assoreamento do rio Arade.

A recuperação estar-se-ia, pois, a fazer sentir com uma certa continuidade, em torno destes anos, ainda que tal pudesse ter variado local e regionalmente. Detecta-se, então, uma progressão litorânea das gentes. O comércio marítimo e a expansão atlântica, que a crise exigira, eram comandados a partir das cidades e vilas marítimas, que assim iriam crescendo demográfica e economicamente.

Uma tentativa de hierarquização populacional dos centros urbanos não é, todavia, uma tarefa fácil nem tão pouco verdadeiramente fiável. Trata-se bem mais de um exercício de probabilidades. Sem documentos que arrolem homens, os historiadores têm-se atido a indicadores vários. São eles, entre outros, o crescimento das muralhas e arrabaldes, os números de besteiros e tabeliães, de igrejas, de instituições mendicantes e de casas de assistência, bem como todo um desenvolvimento urbanístico, atestado por um aumento de ruas e calçadas, por obras públicas de canos, fontes, chafarizes ou pontes, pelo crescimento do número, altura e preço das casas, pela representatividade de uma arquitectura de prestígio.

Mas ainda que todos estes elementos comprovem uma expansão urbana, eles não são mensuráveis nem tão pouco comparáveis. É facto que D. Fernando empreendeu uma política muito sistemática de reforço das muralhas e aumento do tecido amuralhado com vista ao resguardo das populações face às guerras vividas no seu reinado, obra que D. João I continuou. Mas, como bem se sabe, as áreas intramuros estavam muito despovoadas, sendo, sobremaneira, nos arrabaldes que habitavam os homens e pulsava a

⁴⁵ ANTT – Leitura Nova, Odiana, liv. 4, fls. 161v-163.

vida de trabalho. Poderemos talvez admitir que os espaços amuralhados correspondessem à expectativa de poder resguardar neles toda a população que morasse dentro ou fora das cercas de uma qualquer vila ou cidade. Justamente Lamego, nas Cortes de Torres Vedras de 1441, declarava que, em tempos antigos, dentro da sua área amuralhada viviam 200 homens quando, ao tempo, apenas se contavam 30⁴⁶.

Mas, inequivocamente, o desenvolvimento urbanístico, seja de arruamentos, bairros e obras públicas, de construções domésticas ou monumentais, constitui um indicador de uma expansão demográfica e económica, ainda que de leitura qualitativa. O mesmo se diga dos marcadores de ordem religiosa, como o aumento do número de igrejas e freguesias, ou o aparecimento das casas de mendicantes, que sempre procuravam as cidades e os centros urbanizados para exercerem a sua acção pastoral de pregação dos valores evangélicos. E numa vertente de religiosidade e sociabilidade laicas, sabe-se bem que só o afluxo de homens aos centros urbanos, que neles passavam a viver sem o apoio das suas anteriores solidariedades familiares, levou ao acréscimo de confrarias, que lhes ofereciam algum auxílio na vida e na morte, bem como o aumento de pobres, doentes e velhos exigiu a presença de mais hospitais, albergarias ou mercearias, que também o crescendo da mobilidade dos homens, em rotas peregrinantes ou em viagens profissionais, reclamava.

Aliás, como já dissemos, o acréscimo da população em certas vilas e cidades durante o século XV, mesmo nos momentos de crise, parece inegável, uma vez que muitos homens acorreram do campo à cidade na busca de melhores condições de vida ou até de segurança. Uma outra componente populacional teria também algum peso. Referimo-nos aos judeus, que perseguidos nos reinos hispânicos, rumaram até Portugal. Assim, se no século XIV haveria em torno de 32 judiarias, já no século XV elas ascendiam a 139, tendo portanto quadruplicado⁴⁷. E enquanto na centúria de Trezentos se sentia muito a preferência dos judeus pelas cidades e vilas da raia seca, na centúria seguinte era já muito significativa a sua expressão nas cidades e vilas de toda a costa atlântica e algarvia. Haveria ainda a contar, mas praticamente apenas para Lisboa, com a presença das colónias de mercadores estrangeiros, entre italianos, catalães, ingleses, flamengos, alemães, franceses e castelhanos, mas o seu número não seria muito relevante⁴⁸.

⁴⁶ ANTI – Leitura Nova, Beira, liv. 1, fls. 255v-257v. Pedia então ao monarca que todos os que quisessem ir morar intramuros não fossem recrutados como besteiros e recebeu um deferimento ao seu pedido.

⁴⁷ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 37. O conhecimento da presença judaica no território português deve-se aos estudos de Maria José Pimenta Ferro, *Os judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1979 e Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Os judeus em Portugal no século XV*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

⁴⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, pp. 40-44.

Sabemos, porém, que a designação de cidade se atribuía apenas às sedes de bispado e que, nestes séculos finimievais, eram nove – Braga, Coimbra, Évora, Guarda, Lamego, Lisboa, Porto, Silves e Viseu. Mas tal não queria dizer que esses fossem os mais populosos e urbanizados centros dos séculos XIV e XV. Desde logo muito superiores em funções urbanas, e por certo também em homens, seriam Guimarães, Santarém, Setúbal, Elvas, Beja e Lagos face à Guarda, Lamego, Viseu ou Silves⁴⁹.

Lamego, nas referidas Cortes de 1441, tinha, aliás, uma percepção muito viva dessa realidade. Dava conta de que na cidade e nos sete lugares do seu termo já tinham morado 2000 homens. Naquele tempo haviam descido para 600 e queixava-se de que muitos deles se escusavam dos encargos do concelho por se acostarem ao bispo e a vários senhores. Acabou por concluir que na cidade apenas 30 homens estavam livres para servir o concelho e, assim, como refere, “a cidade torna-se aldeia”⁵⁰. Demonstração inequívoca da necessidade de gente, e gente livre de tutelas senhoriais, para que uma qualquer vila ou cidade pudesse desempenhar as suas específicas funções urbanas.

Na verdade, na complexa teia de factores que demarcavam a linha de fronteira entre uma cidade e uma aldeia – que nos casos dos pequenos centros urbanos seria bem ténue –, para além do elemento populacional teremos de entrar com toda uma série de componentes, das urbanísticas e políticas às económicas e sociais. Ainda que variando a sua concentração e incidência, serão marcas de uma identidade urbana uma arquitectura defensiva de muralhas e castelos, que viabilizava a presença de milícias; uma autonomia política municipal, com officas próprios e eleitos, com liberdades e privilégios dos seus vizinhos e com capacidade do concelho se fazer representar em Cortes; ou ainda uma dimensão e prestígio da localidade para ser sede de circunscrições administrativas civis e religiosas, para acolher reuniões de Cortes ou para receber comitivas de reis e senhores. Como não menos o urbanismo e a urbanidade se percebiam pela incidência das actividades comerciais e artesanais e pelos serviços que as cidades disponibilizavam, numa acentuada preponderância dos sectores secundário ou terciário. Do mesmo modo o seu tecido social adensava-se com a presença de senhores, dos leigos aos eclesiásticos, de um corpo de oficialato régio ou local, de uma acentuada hierarquização socioeconómica e profissional dos homens, que se traduzia em diferentes níveis de riqueza, detectáveis, desde logo, nos róis de fiscalidade, e ainda com a presença de grupos sociais de diferentes origens geográficas, religiões ou etnias, residentes ou visitantes. Todos estes vectores, a par de outros já referidos, demarcavam, conjuntamente com os índices populacionais, os referentes diferenciadores dos centros urbanos e aldeãos.

⁴⁹ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*, p. 182.

⁵⁰ ANTT – Leitura Nova, Beira, liv. 1, fls. 255v-257v.



Certo é que maioria das vilas e cidades medievais portuguesas seriam de pequena ou média dimensão. Ensaíamos um cálculo muito prospectivo com base na área amuralhada ou urbana de certas vilas e cidades⁵¹. Mas como resultado apenas propomos a hierarquização de algumas delas entre pequenas, num espectro de até 2000 habitantes, de médias entre 2000 a 10 000 habitantes e grandes, entre 10 000 a 50 000⁵². As conclusões, por mais dubitativos que possam ser os dados, não apresentam novidades. Em Portugal avultariam os pequenos e médios centros urbanos, sobrepondo-se até certamente os primeiros face

⁵¹ Os cálculos populacionais que se apresentam no mapa foram ensaiados com base na área amuralhada ou superfície urbana das cidades e vilas que dele constam. Fizeram-se exercícios de cálculo, utilizando quer o denominador de 348 habitantes/hectare, que Torres Balbás propõe para a área amuralhada das cidades hispano-muçulmanas, quer o valor de 160 habitantes/hectare, que Oliveira Marques prefere para as cidades mediterrânicas (Leopoldo Torres Balbás – *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Dirección General de Relaciones Culturales - Instituto-Arabe de Cultura, 1985, p. 102; A. H. de Oliveira Marques, “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 14-15, nota 3). Agradecemos aqui expressamente à Dra Carla Rosa, que nos auxiliou nestas pesquisas. Igualmente deixamos público o nosso reconhecimento ao Dr. Luís Madeira, que, com toda a diligência e competência, elaborou este mapa que se apresneteta.

⁵² São estes os parâmetros propostos por Roger Mols para as cidades em tempos medievais, referidos por A. H. Oliveira Marques, *Portugal na Crise...*p. 184, nota 3.

aos segundos⁵³. Bem pequenas seriam as vilas de Cascais, Sintra e Idanha, distando muito, nestes escalão, de Lamego, Guarda e Faro. Entre os centros urbanos médios avultariam Coimbra, Leiria e Guimarães, que se demarcavam claramente de Setúbal, Elvas e Tomar. Grandes cidades seriam Lisboa, Évora e Santarém, as urbes que constituíam o triângulo de itinerância da corte no século XV, demonstrando os monarcas uma clara preferência pelos centros urbanizados e mercantis do sul do país. A cidade nortenha que significativamente se viera a desenvolver fora o Porto, exactamente porque passou a avultar como um pólo comercial, não apenas de raio interno local e regional, mas de projecção atlântica e internacional.

4. Caminhos

Ao finalizar sempre se espera um abrir de caminhos. Por certo caminhos outros e muitos deles ainda a desvendar. Nestas últimas décadas os estudos demográficos não parecem estar a interessar os medievalistas. A mais recente obra sobre a historiografia medieval portuguesa não apresenta qualquer balanço sobre esta temática⁵⁴.

Mas cremos que tal ocorrência tem uma explicação quase evidente. As fontes mais relevantes que podiam apresentar alguns dados quantitativos foram, na sua maior parte, exploradas. As sínteses sobre a população dos séculos XI a XIII e posteriormente dos séculos XIV a XV encontram-se realizadas, atentando no comportamento da população – natalidade, feminilidade, mortalidade, esperança de vida –, na evolução e ritmos de crescimento e recessão, nos movimentos migratórios, na distribuição geográfica e social da população.

Avanços nestes sectores poderão ser ainda pontualmente possíveis, dado que há sempre a hipótese do aparecimento de mais documentação, embora por certo fragmentária e local. Da mesma forma haverá também lugar para ponderações sobre os coeficientes a utilizar na conversão dos fogos a homens, ou até mesmo na uniformização de certos padrões similares. As informações documentais indirectas julgamos que surgirão sempre ao longo dos trabalhos de investigação dos medievalistas, se atentos estiverem às marcas do aumento ou decréscimo dos homens, inscritas na paisagem rural ou urbana.

⁵³ Na comparação dos dois cálculos surgem apenas algumas discrepâncias, a saber: segundo os índices mais baixos de Oliveira Marques seriam pequenos centros urbanos (e não médios, segundo os índices de Torres Balbás) Guarda, Loulé, Ponte de Lima, Silves e Setúbal e médios (e não grandes, segundo os índices de Torres Balbás) Coimbra, Évora, Leiria, Porto e Santarém. Tentámos ainda uma aproximação à realidade populacional verificando, quando ele existia, o número de habitantes no numeramento de 1527. Reportando-nos a valores populacionais de finais do século XV, quando já se estava em recuperação demográfica, mas ainda assim preferindo não cometer erro por excesso, preferimos manter como cidades pequenas Guarda, Loulé, Ponte de Lima e Silves, e como médias Coimbra e Leiria. No caso de Setúbal, porque pelo coeficiente mais baixo a sua população se aproximava muito dos 2 000 habitantes (1920) e a península setubalense estaria em crescendo económico, admitimo-la nas cidades médias.

⁵⁴ Referimo-nos à obra já citada *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*.

No caso das cidades, o terreno a percorrer adivinha-se todavia vasto e aliciante, desbravando os escritos, a cartografia e a arqueologia. Pode não conduzir a números de homens ou mulheres, mas seguramente a fisionomias urbanas, que os têm como pano de fundo.

A atenção crescente aos aspectos da toponímia e do urbanismo, dos planos, infraestruturas, arruamentos, bairros, construção corrente e edifícios públicos à arquitectura religiosa ou laica de prestígio vai permitir desenhar, com traços mais perfeitos, os contornos das diversas vilas e cidades nos seus períodos de ascensão ou queda, bem como a ocupação diferenciada dentro de cada centro urbano.

O mais amplo e variado conhecimentos das unidades familiares e habitacionais, das redes paroquiais, confraternais e assistenciais, da estratificação social e religiosa urbana, do aparelho profissional e produtivo deixar-nos-ão entrever a grandeza e a mais simples ou complexa composição social e sociabilidade das vilas e cidades, plasmadas na paisagem urbana.

As necessidades de abastecimento induzem-nos a inferir o domínio da sede urbana sobre o seu aro e termo e os níveis de consumo levam-nos a desvendar as hierarquizações de riqueza e mesmo as exigências de aparato dos seus moradores.

O quadro administrativo, o perfil das suas elites governantes e das linhagens do seu patriciado permitem-nos descobrir a feição sócio-económica dominante.

A arquitectura e capacidade militar e o conjunto de serviços nelas sedeados podem deixar-nos entrever o seu raio de acção regional e ajudar a desenhar uma geografia das redes urbanas.

A presença da corte e das Cortes, o assento hierarquizado de cidades e vilas nessas mesmas Cortes, a visita de reis, infantes, ou grandes senhores laicos e eclesiásticos, as festividades e cerimónias civis e religiosas cidadinas, os seus símbolos de poder, do seu paço e pelourinho ao seu selo e bandeira, propõem-nos índices de prestígio e honorabilidade local, regional e nacional.

As comunicações que compõem os painéis deste Congresso, sobremaneira as que se reportam às cidades em tempos medievais, são já anunciadoras destes novos trilhos. Na certeza de que as gerações jovens saberão reinventar outros questionamentos e metodologias que darão seguimento aos estudos sobre os homens e mulheres que criaram, moldaram e deram continuidade às vilas e cidades hodiernas, que, herdeiras de um património colectivo, se projectam em mudança, com ousadia e criatividade, garantindo, às gerações a haver, o futuro do passado.

Como bem o demonstra esta simbólica cidade, sempre raiz de uma pátria, Portugal, matriz identitária de uma pequena pátria, Guimarães, e alcandorada, no presente ano, a capital da cultura de uma União Europeia de muitas e variadas grandes e pequenas pátrias.

